

A. I. Nº - 233099.0007/20-2
AUTUADO - ATACADÃO ALUMIVIDROS DISTRIBUIDORA LTDA.
AUTUANTE - MARCOS VINÍCIUS BORGES DE BARROS
ORIGEM - DAT METRO / INFAZ VAREJO
PUBLICAÇÃO - INTERNET: 03/11/2023

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0225-04/23-VD

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO PARCIAL. AQUISIÇÕES INTERESTADUAIS DE MERCADORIAS. RECOLHIMENTO A MENOS. Razões de defesa elidem a autuação. Compulsando, então todos os elementos probatórios de pagamentos de antecipação parcial do imposto (ICMS), da arguição de enquadramento de algumas das operações abarcadas pelo instituto da substituição, além da arguição, pelo defendente, dos erros cometidos pelo agente Autuante, relativo as datas de ocorrência de apuração do imposto antecipação de algumas das operações, objeto da autuação; e não vendo nada que desabone a conclusão do agente Autuante de que não há mais o que se cobrar no presente PAF, voto pela insubsistência da autuação. Infração insubsistente. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 22/12/2020, constitui crédito tributário no valor de R\$ 162.528,59, conforme demonstrativos acostados às fls. 7 a 17 dos autos, em razão da constatação da seguinte irregularidade concernente à legislação do ICMS:

INFRAÇÃO 01 – 07.15.02: Recolheu a menor o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação adquiridas com fins de comercialização nos anos de 2015 e 2016, conforme demonstrativos acostados às fls. 7 a 17 dos autos. Lançado ICMS no valor de R\$ 162.528,59, com enquadramento no art. 12-A, da Lei 7.014/96, e multa de 60% aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

O sujeito passivo, às fls. 24/40 dos autos, apresenta defesa administrativa, pelas razões que a seguir passo a expor:

Diz ser uma pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 13.187.486/0001-60, inscrição estadual nº 011.781057, com endereço na Avenida Barros Reis, nº 2414, Pau Miúdo, CEP 40.310-010, Salvador, Bahia, vem, tempestivamente, por meio de sua advogada, constituída mediante procuração anexa (DOC. 01), apresentar impugnação aos lançamentos constantes do Auto de Infração em epígrafe (DOC. 02), o que faz lastreada nas razões de fato e de direito a seguir aduzidas

I. DA AUTUAÇÃO

Diz que referida autuação totalizou um débito de R\$ 323.087,50. Ocorre, no entanto, que a autuação não merece prosperar na forma da sua lavratura em sua totalidade. Aduz que, o referido auto, embora reconheça-se o trabalho do Agente Público e se dispenda total respeito ao seu trabalho, apresenta equívocos de apuração, deixando de considerar a correta tributação de mercadorias e alguns aspectos específicos da legislação tributária do Estado da Bahia.

Desse modo, diz que, frente às alegações a seguir aduzidas, o Auto de Infração ora combatido deverá ser desconstituído em sua totalidade.

II. DA PRELIMINAR – DO CERCEAMENTO DE DEFESA – AUSENCIA DE DEMONSTRATIVOS ANÁLITICOS QUE GARRANTAM A AMPLA DEFESA DA AUTUADA

Importante preliminarmente aventar que toda a defesa da Autuada se fundou em demonstrativos sintéticos da apuração realizada pelo Agente Autuante. Em nenhum momento, no referido auto, diz que teve acesso a demonstrativos analítico de como foram apuradas as supostas diferenças para que fosse possível a sua ampla defesa. Isso porque, não se sabe sequer o cálculo da antecipação parcial sobre cada nota fiscal listada pelo Agente Autuante em seu demonstrativo.

Percebido isto, **já que** muitas notas trazem produtos sujeitos a substituição tributária e produtos não sujeitos à tributação, diz que entrou em contato com o Agente Autuante para solicitar o demonstrativo analítico do débito para ser possível a defesa, contudo o Agente Fiscal informou não estar obrigado a apresentar nenhum demonstrativo além daquele impresso anexado ao Auto (DOC 03).

Diz que, como seria capaz de se defender de forma efetiva baseada em uma apuração que sequer sabe como foi feita. O que a Autuada tem certeza é de que atua dentro dos parâmetros legais estabelecidos pelo Estado da Bahia. Diz que tem interesse em ter ciência de eventuais inconsistências em suas operações, contudo a planilha sintética, que só traz o resultado da análise do Agente Autuante não supre essa necessidade.

Requer a Autuada a anulação do presente Auto de Infração. Aduz que essa preliminar é suficiente para anular o auto combatido, contudo, no caso de este Conselho assim não entender, procede a Autuada a defesa específica dos pontos do Auto de Infração lavrado contra si, dentre do limite possível a partir da análise do demonstrativo sintético juntado pelo Autuante.

III. DO DIREITO

III.1 DA INCIDENCIA DO IMPOSTO – A ENTRADA DA MERCADORIA NO ESTABELECIMENTO DAS MERCADORIAS QUE ENTRARAM NO ESTABELECIMENTO ATÉ 31/10/2016

Diz que o **parâmetro** que determina o momento da **incidência** do imposto devido por antecipação está disposto no art. 332 do Decreto nº 13.780 de 16 de março de 2012 (Regulamento de ICMS do Estado da Bahia). Registra que o § 2º determina e assegura um direito de recolhimento postergado aos contribuintes:

§ 2º O contribuinte regularmente inscrito no Cadastro de Contribuinte do ICMS do Estado da Bahia - CAD-ICMS, que preencha cumulativamente os requisitos indicados a seguir, poderá efetuar o recolhimento do imposto por antecipação de que tratam as alíneas “a”, “b” e “c” e o item 2 da alínea “g” do inciso III do caput deste artigo, até o dia 25 do mês subsequente ao da data de emissão do MDF-e vinculado ao documento fiscal, exceto em relação às operações de importação de combustíveis derivados de petróleo e as operações com açúcar, farinha de trigo, mistura de farinha de trigo, trigo em grãos, charque, jerked beef, enchidos (embutidos) e produtos comestíveis resultantes do abate de aves e gado bovino, bufalino, suíno, caprino e ovino:

Pontua que o presente texto passou por algumas alterações nos últimos anos até chegar a configuração atual que tem como parâmetro a data de emissão da MDF-e. Antes do critério atual, a regra estava relacionada à data de emissão do documento fiscal. Diz que o que importa é o critério que foi válido até 31/10/2016, a saber, a entrada da mercadoria no estabelecimento.

Outrossim, diz que importar observar o momento de incidência trazido pela norma da incidência do imposto devido, que seria o da “*entrada da mercadoria no estabelecimento*”. Este fato diz ganhar maior relevância ainda quando se trata de mercadoria adquirida em unidade federativa distinta, ou ainda em outro município, posto que, nesses casos, sobretudo nas operações interestaduais, a entrada no estabelecimento não se dava no dia da emissão da nota.

Pelo exposto diz que era muito comuns compras efetuadas no final de determinado mês, se chegassem no estabelecimento no mês posterior. Aplicando-se o fato gerador descrito na norma vigente à época, este se dava no mês subsequente ao da emissão da nota. Dessa forma, por força da norma supracitada, exemplificadamente, uma compra que ocorreu no final de maio e só entrou no estabelecimento em junho, deveria ter o imposto pago até o dia 25 de julho.

Consigna que fez o recolhimento **relativo** a nota fiscal no mês em que esta chegou no estabelecimento, sendo, portanto, recolhido no prazo regulamentar. Dessa forma, diz que refez a planilha **apresentada pela Agente** Autuante, **deslocando as notas fiscais para o** mês em que

ocorreu a sua entrada e, portanto, era devida a antecipação parcial. Para comprovar o recolhimento sobre os referidos documentos, a Autuada colaciona os DAEs (DOC. 04) que trazem, em suas informações quais notas estão sendo pagas através daquele documento, para não restar dúvidas.

Diz que, a fim de demonstrar que realizou os cálculos e recolhimento corretamente, produziu as memórias de cálculo dos períodos autuados (DOC. 05). Na verdade, diz que muitas vezes realizou recolhimento em valor até superior ao apurado pela Agente Fiscal no Auto de Infração aqui combatido.

Pontua que a correção da competência do documento fiscal, resolve, maior parte do auto de infração ora impugnado, como se pode verificar a partir da análise da “Planilha de Defesa” (DOC. 06) e das memórias de cálculo (DOC. 05) ora colacionadas.

III.2 DO EQUÍVOCO NO ENQUADRAMENTO DA TRIBUTAÇÃO DOS PRODUTOS COMERCIALIZADOS PELA AUTUADA

Diz que o equívoco cometido pelo Preposto Fiscal quanto à tributação das mercadorias adquiridas pela Contribuinte é responsável por 90% do auto lavrado. Neste, diz que o Autuante afirmou que a Autuada teria deixado de recolher ICMS ao desconsiderar que muitas das mercadorias comercializadas pela Autuada estão sujeitas à substituição tributária, **logo** não há incidência de antecipação parcial nesses casos.

Pontua que a simples análise das notas **fecais** de compra da Autuada e seus anexos é suficiente para reconhecer a improcedência da infração, uma vez que o Preposto Fiscal sequer aplicou a legislação tributária **estadual na elaboração do auto**.

Pede para deixar registrado o inconformismo da Autuada, que tem a precaução de analisar todos os itens por ela comprados e contrata um serviço de assessoria contábil para não restar espaços para que autos desse tipo sejam lavrados, uma vez totalmente improcedente, conforme diz passará a demonstrar.

Diz que a maioria das mercadorias adquiridas **pela** Autuada são oriundas de outros Estados da federação e consistem em vidraçaria e espelhos. Tanto é assim que a **Autuada** recolhe **valor considerável** a título de antecipação tributária ao Estado da Bahia mensalmente, uma vez que a sua venda figurará como primeira operação estadual, conforme **disciplina** o RICMS/BA.

Registra que de acordo com o Preposto Fiscal, a tributação da Autuada deveria ser totalmente através de antecipação parcial, logo todas as mercadorias seriam tributadas normalmente. Dessa conclusão depreende-se diz que o Autuante sequer analisou as mercadorias por ela comercializada, caso contrário perceberia que a proporção de mercadorias sujeitas a substituição vendidas e compradas é superior àquelas que não estariam sujeitas.

Outrossim, **deve-se** destacar que a **maioria** das **mercadorias adquiridas** junto a outras Unidade Federativas, devem sofrer antecipação tributária pela Autuada quando entram no Estado da Bahia e, portanto, não há incidência de antecipação parcial nestes casos.

Deve-se destacar que a maioria das mercadorias adquiridas junto a outras unidades Federativas, devem sofrer antecipação pela Autuada quando entram no Estado da Bahia e, portanto, não há incidência de antecipação parcial nestes casos.

Desse modo, diz que refez a planilha apresentada pelo Fiscal, excluindo as bases de cálculo e valor devido a título de antecipação parcial das notas cujas as mercadorias estão sujeitas a substituição tributária, segundo o Anexo I, RICMS/BA.

III.3 DA DESCONSIDERAÇÃO DO RECOLHIMENTO EFETUADO PELA AUTUADA A TÍTULO DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL COMPETENCIA DE 02/2015

Diz que mais um equívoco cometido pelo Preposto Fiscal foi o de desconsiderar o pagamento da antecipação parcial referente a 02/2015. Aduz que o pagamento foi realizado fora do vencimento, contudo com a competência correta, logo com a incidência de multa e juros. Destaca figura do

“PRINT” do histórico do pagamento no corpo da defesa (fl. 30).

Desse modo, diz que refez a planilha apresentada pela Fiscal, incluiu o valor do recolhimento de antecipação parcial da competência 02/2015, a saber de R\$ 11.034,17 que corresponde e a soma dos valores principais dos dois pagamentos relacionados acima, conforme demonstrativo em histórico de pagamento fornecido pela própria SEFAZ/BA.

III.4 DA BOA FÉ DA CONTRIBUINTE – VALOR DEVIDO NAS OPERAÇÕES QUE DE FATO ERAM SUJEITAS A ANTECIPAÇÃO PARCIAL SUPERA O VALOR APONTADO PELO AGENTE AUTUANTE – AUTUANTE DEIXOU DE CONSIDERAR VALORES QUE INTEGRAM A BASE DE CÁLCULO DO IMPOSTO TAIS COMO IPI E FRETE.

Diz que mais um equívoco foi cometido pelo Agente Aumente é na determinação da base de cálculo daquelas notas em que de fato havia incidência da antecipação parcial, isso porque para fins de cálculo de antecipado parcial, deve-se considerar os valores de frete e IPI relativos àquela operação. **Pontua que**, de boa-fé, aponta o equívoco e ao refazer a planilha demonstra que utilizou a base de cálculo correta, conforme disciplinada pelo RICMS/BA.

Destaca que o que ocorreu, na verdade, foi recolhimento além do apurado sobre os documentos listados pelo Preposto Fiscal, uma vez que seguindo a orientação legal quanto à incidência do tributo, a Autuada também efetuou o recolhimento da antecipação parcial sobre os fretes vinculados àquelas operações **com mercadorias tributadas normalmente**.

Dessa forma, demonstrar pela planilha e documentos acostados não só recolheu todo o valor devido a título de antecipação parcial, como também pagou o imposto sobre documentos sequer considerados pelo Preposto Fiscal na sua apuração, o que deixa evidente o descabimento do auto ora combatido.

III.5 DAS CIRCUNSTÂNCIAS QUE AFASTAM A INCIDÊNCIA DA ANTECIPAÇÃO PARCIAL NOS CASOS APONTADOS PELO FISCAL E REFERIDOS NA PLANILHA – DA IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DAS NOTAS

Diz que, como os equívocos dos autos se repetem em vários meses, a fim de não tornar repetitiva, proceder-se-á o agrupamento das situações em tópicos, com sinalização (título do tópico) de como cada situação foi apontada na planilha de defesa (DOC. 06).

- III.5.1 MERC SUBSTITUÍDA – ANEXO 1 – COMPRA DE VIDROS (7005) E ESPELHO (7009)
- III.5.2 PARTES DAS MERC DA NFE É SUBSTITUÍDA, AP RECOLHIDA SOBRE MERC TRIBUTADAS
- III.5.3 MERC SUBSTITUÍDA – ANEXO I – SUBSTITUIÇÃO DESTACADA EM NFE E RECOLHIDA PELO FORNECEDOR VIA GNRE
- III.5.4 MERCADORIAS PARA USO E CONSUMO – RECOLHIMENTO DIFAL
- III.5.3 MERC SUBSTITUÍDA – ANEXO I – RECOLHIDA AT VIA DAE
- III.5.6 OUTRAS OPERAÇÕES APONTADAS NO AUTO QUE NÃO SÃO FATOS GERADORES DE ANTECIPAÇÃO PARCIAL

IV. DA CONCLUSÃO E DOS PEDIDOS

Ante o exposto, requer que seja declarada a improcedência total **da autuação vez que os valores apontados pelo Autuante decorrem tão somente de** equívocos por este cometidos em sua apuração. Diz que o auto de infração fere os direitos da Contribuinte, exigindo deste a cobrança de imposto sobre fatos e circunstâncias que a própria lei afasta a sua incidência.

Pede a Autuada, portanto, que seja acolhida a sua impugnação, anulando-se totalmente o auto de infração ora combatido.

Protesta, também, por todos os meios de prova admitidos, tais como diligências, juntada posterior de documentos, pareceres e decisões do Tributais Administrativos e Judiciais, inclusive em contraprova e revisão do lançamento.

O Autuante desenvolve Informação Fiscal às fls. 83, que a seguir passo a descrever:

Inicia informando que, diferentemente do que diz o contribuinte em sua Defesa, que todas as irregularidades apuradas neste levantamento foram demonstradas às folhas 07 a 17 do presente PAF, com cópia ao mesmo. Diz, também, que foram excluídos dos levantamentos das

irregularidades os valores relativos aos produtos sujeitos à substituição tributária, para efeito da apuração de antecipação parcial.

Sem traçar qualquer outro comentário das arguições de defesa, diz que, o que esta fiscalização deve revisar, é que não foi observada o que diz o artigo 42, inc. II e parágrafo 1º, da Lei 7014/96, que determina que o contribuinte que deixar de recolher o imposto por antecipação parcial no prazo regulamentar, será dispensado da cobrança do imposto e será aplicado apenas a multa de 60 %.

Por esta razão, diz que retifica a infração 01 para multa percentual sobre o ICMS que deveria ser pago por antecipação parcial e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente.

Diante disso, e após as revisões feitas, consigna que elaborou um novo demonstrativo para *este Auto* de Infração, conforme discriminado abaixo:

Data Ocorr	Base de Calculo	Multa 60%
01/2015	3.712,77	2.227,66
02/2015	20.192,54	12.115,52
04/2015	10.049,78	6.029,86
05/2015	10.113,66	6.068,19
06/2015	6.510,27	3.906,16
07/2015	21.324,45	12.794,67
08/2015	2.253,78	1.352,26
09/2015	6.391,66	3.834,99
10/2015	6.628,08	3.976,84
11/2015	10.692,91	6.415,74
12/2015	10.730,36	6.438,21
01/2016	5.888,43	3.533,05
03/2016	7.059,34	4.235,60
05/2016	7.667,38	4.600,42
07/2016	10.815,09	6.489,05
08/2016	6.530,45	3.918,27
09/2016	2.490,21	1.494,12
10/2016	7.281,65	4.368,99
11/2016	698,74	419,24
12/2016	5.497,04	3.298,22
Total da infração		97.517,06

À fl. 85 consta mensagem DT-e enviando a Informação Fiscal de fl. 83/84 dos autos para ciência e manifestação, que se manteve silente.

O agente Fiscal Autuante ao produzir a Informação Fiscal de fl. 83/84 dos autos, **sem traçar qualquer contrarrazão às arguições de defesa**, nos termos que determina o § 6º, do art. 127, do RPAF/BA, **simplesmente diz que retifica a infração 01, para multa percentual sobre o ICMS**, que deveria ser pago por antecipação parcial e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente.

Assim, em sede de Instrução, este Relator, respeitando ao princípio da ampla defesa, verdade material e contraditório, em pauta suplementar do dia 31/01/2022, submeteu o presente PAF aos membros da 4ª JJF, (fl. 88), **onde se decidiu converter o presente processo em diligência ao Autuante, para desenvolver as seguintes providências:**

- **Item 1: produzir Informação Fiscal com clareza e precisão, abrangendo todos os aspectos da defesa**, com fundamentação, nos termos que determina o § 6º, do art. 127, do RPAF/BA, **apresentando novo demonstrativo de débito** caso as arguições de mérito de defesa venha ensejar a alteração do debito constituído.
- **Item 2: dar conhecimento da nova Informação Fiscal produzida nos termos do “item 1”, acima destacado**, ao Contribuinte Autuado, concedendo 10 (dez) dias, para se manifestar, querendo, conforme os termos do § 7º, do art. 127, do RPAF/BA.

- **Item 3: havendo manifestação do Contribuinte Autuado** na forma do “**item 1 e 2**”, ensejando ou não a elaboração de novo demonstrativo de débito para o Auto de Infração, em tela, o i. Agente Autuante **deve desenvolver nova Informação Fiscal**, conforme os termos do § 6º do art. 127 do RPAF/BA, **acostando aos autos todos os novos demonstrativos, porventura desenvolvidos**, que deverão ser apresentados em papel e, também, em disco de armazenamento de dados, na forma § 3º, do art. 8º, do mesmo diploma legal, encaminhando ao órgão competente da INFAZ o presente PAF para os encaminhamentos devidos.

Após cumprido o pedido de diligência, deverá retornar o presente PAF ao CONSEF para instrução, visando o devido julgamento.

À fl. 91, têm-se Informação Fiscal produzida pelo agente Autuante, à pedido desta 4ª JJF, no seguintes termos:

Em primeiro lugar diz reconhecer que equivocadamente no levantamento original não havia excluído os valores relativos aos produtos sujeitos à substituição tributária, para efeito de apuração da antecipação parcial, o que foi observado e corrigido agora. Do mesmo modo diz que foram também acatados os valores pagos à título de antecipação tributária.

Ressalta que o contribuinte tem como atividade principal a comercialização de vidros e espelhos, produtos que estão sujeitos à substituição tributária, e que a maioria das mercadorias são adquiridas junto a outras unidades da Federação. e por isso devem sofrer antecipação tributária quando dão entrada no estado da Bahia.

Como já informado na primeira Informação Fiscal à folha 83 do presente PAF diz ter retificado a infração 01 para multa percentual sobre o ICMS que deveria ser pago por antecipação parcial e devidamente registradas na escrita fiscal, com saída posterior tributada normalmente, haja vista o que reza o artigo 42 e parágrafo 1º da Lei 7014/96. que determina que o contribuinte que deixar de recolher o imposto por antecipação parcial no prazo regulamentar, será dispensado da cobrança do imposto e será aplicado apenas a multa de 60 %.

Diante disso, e após as revisões, apresenta novo demonstrativo de débito da autuação, conforme abaixo:

Data	Base de Cálculo	Multa-60%
02/2015	10.845,31	6.507,18
07/2015	6.511,45	3.906,87
08/2016	2.566,85	1.540,11

Às fls. 97/102 dos autos, o Contribuinte Autuado apresenta manifestação à Informação Produzida pelo agente Autuante de fl. 91, a pedido desta 4ª JJF, no seguintes termos:

Primeiramente diz que vale frisar que o Autuante tenta amenizar o absurdo do auto lavrado. Veja-se que o contribuinte foi autuado em R\$ 323.067,50 (trezentos e vinte e três mil e sessenta e sete reais e cinquenta centavos), dos quais o ora Autuante agora reconhece a procedência de R\$ 11.504,16 (onze mil quinhentos e quatro reais e dezesseis centavos).

No novo parecer emitido pelo Autuante, registra que, ainda, deixou de reconhecer fatos trazidos e comprovados pelo Contribuinte. Como, por exemplo, o momento de incidência do imposto, a saber, a data de entrada efetiva das mercadorias no estabelecimento, critério utilizado pela legislação até 31/10/2016, conforme já apontado na defesa.

Frisa que colacionou em sua defesa os seus livros de entradas, bem como as guias de pagamento em que consta a informação das notas que estão sendo pagas naquele DAE, bem como as memórias de cálculo da antecipação em cada um desses meses que demonstra o adimplemento total das obrigações.

Pontua que as notas fiscais cuja essas alegações foram ignoradas seguem abaixo descritas com “*print*” do DAE cujo mês elas foram pagas e estão devidamente informadas no documento, bem como a memória de cálculo da Antecipação Parcial, conforme trazido na inicial.

Após trazer outras considerações de defesa, já pontuado na peça de defesa, reitera, o Contribuinte

Autuado, improcedência total da infração, em lide, vez que o valor apurado, pelo Autuante, não é, nem em parte, devido por ela.

À fl. 106, há nova Informação Fiscal produzida, pelo agente Autuante, nos seguintes termos:

Diz, então, acatar às razões do contribuinte com relação a sua manifestação às folhas 97/102 do presente PAF, quando o mesmo diz demonstrar finalmente com documentos comprobatórios conforme a seguir:

- a) Que as notas fiscais de entrada de mercadorias elencadas do período de 02/2015 foram devidamente pagas na sua totalidade o ICMS de antecipação parcial, apesar de posteriormente, o que acabou induzindo esta fiscalização ao erro;
- b) As notas fiscais de nºs 111464,70021,70022,70023, referente ao período de 07/2015, foram pagas posteriormente em setembro/2015, através de recolhimento de Antecipação parcial, fato comprovado pelo contribuinte; e
- c) As notas fiscais nºs 79671 e 190429, referente ao período de 08/2016, também foram comprovados os recolhimentos de ICMS de antecipação parcial e de substituição tributária, respectivamente.

Diante disso, e após as revisões feitas, o agente Autuante, diz que não foram apuradas irregularidades, não havendo mais o que se cobrar neste Auto de Infração em questão.

À fl. 107, verso, tem-se o despacho da Secretaria Administrativa do CONSEF encaminhando o presente PAF a este Relator, para instrução e julgamento.

VOTO

Preliminarmente o defendente argui nulidade da autuação por cerceamento de defesa, decorrente de ausência de demonstrativos analíticos que garantam a ampla defesa. Pois bem! Não é o que vejo dos elementos constitutivo do presente lançamento fiscal. Vê-se às fls. 07/17 a relação dos documentos fiscais, que estão dando azo a cobrança do imposto (ICMS) por antecipação parcial, que teria o defendente recolhimento a menos aos cofres do Estado da Bahia à época dos fatos geradores, diferentemente do arguido pelo defendente.

Ou seja, os demonstrativos trazem as informações do número documento fiscal, a unidade da Federação de origem da operação, a data de emissão do documento fiscal, a base de cálculo do ICMS antecipação parcial calculado, o ICMS antecipação parcial pago e o ICMS antecipação parcial pago a menor, que é o objeto da autuação. Tudo isso totalizado por mês de constituição do lançamento fiscal.

Observe, então, que o presente Processo Administrativo Fiscal está revestido das formalidades legais no que preceitua o RPAF/99, mais especificamente o que orienta o art. 39 na constituição do lançamento fiscal, onde não foi constatada qualquer violação ao devido processo legal, sendo os impostos, as multas e suas bases de cálculo apurados consoante os levantamentos/demonstrativos acostados aos autos, o que considero suficientes para formação de minha convicção e dos demais julgadores na análise da lide, não ensejando qualquer outra produção de prova na forma do que dispõe o art. 147, inciso I, alínea “a” do RPAF, aprovado pelo Decreto nº 7.629 de 09/07/99.

Aliás, o presente PAF, fora objeto de diligência fiscal, a pedido desta 4ª JJF, em sede de instrução, cujo as partes tiveram oportunidade de ingressar aos autos em 2 (dois) momentos distintos, sendo que o agente Autuante, por mais uma vez à fl. 106 dos autos, em que, neste momento, diz acatar, na totalidade, as arguições de defesa, dado os elementos probatórios acostados aos autos.

Ultrapassado, portanto, a arguição de nulidade, têm-se, então, à análise do mérito.

No mérito, o Auto de Infração, em tela, lavrado em 22/12/2020, resultou de uma ação fiscal realizada por Auditor Fiscal lotado na unidade Fazendária INFAZ VAREJO, em que, no exercício de suas funções de Fiscalização, em cumprimento da O.S.: 504811/20, constituiu o presente lançamento fiscal de exigência de imposto (ICMS), por recolhimento a menos o ICMS antecipação parcial, referente às aquisições de mercadorias provenientes de outras unidades da Federação

adquiridas com fins de comercialização nos anos de 2015 e 2016, conforme demonstrativos acostados às fls. 7 a 17 dos autos. Lançado ICMS de R\$ 162.528,59, com enquadramento no art. 12-A, da Lei nº 7.014/96, e multa de 60% aplicada na forma do art. 42, inc. II, alínea “d” da Lei nº 7.014/96.

Assim dispõe 12-A, da Lei nº 7.014/96:

Art. 12-A. Nas aquisições interestaduais de mercadorias para fins de comercialização, será exigida antecipação parcial do imposto, a ser efetuada pelo próprio adquirente, independentemente do regime de apuração adotado, mediante a aplicação da alíquota interna sobre a base de cálculo prevista no inciso III do art. 23, deduzido o valor do imposto destacado no documento fiscal de aquisição.

Não há discordância entre as partes, quanto a incidência da antecipação parcial do imposto (ICMS), nas operações de mercadorias, objeto da autuação, todas provenientes de outras unidades da Federação, adquiridas com fins de comercialização.

A lide, então, resulta no fato do Contribuinte Autuado, arguir de ter efetuado o recolhimento do imposto (ICMS) antecipação parcial das operações, objeto da autuação, quando assim se apresentou exigido; e, também, da ocorrência de operações que não estariam abarcadas pelo instituto da antecipação parcial, mas sim pelo regime da substituição tributária, como, também, por erro na data de competência da apuração da antecipação do imposto, dado a equívoco de interpretação do agente Fiscal Autuante no levantamento fiscal.

Posto, assim, em Diligência Fiscal, por esta 4ª JJF, a pedido deste Relator Julgador, em sede de Instrução do presente PAF, o agente Autuante, a partir dos elementos probantes acostados aos autos, pelo Contribuinte Autuado, discorre, em sua última Informação Fiscal, à fl. 106, que “*após as revisões feitas, não foram apuradas irregularidade, não havendo mais o que se cobrar neste Auto de Infração em questão*”.

Compulsando, então todos os elementos probatórios de pagamentos de antecipação parcial do imposto (ICMS), da arguição de enquadramento de algumas das operações abarcadas pelo instituto da substituição, além da arguição, pelo defendente, dos erros cometidos pelo agente Autuante, relativo as datas de ocorrência de apuração do imposto antecipação de algumas das operações, objeto da autuação; e não vendo nada que desabone a conclusão do agente Autuante de que, à fl. 106 dos autos, taxativamente, diz que não há mais o que se cobrar no presente PAF, voto pela insubsistência da autuação.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração em tela.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº 233099.0007/20-2, lavrado contra **ATACADÃO ALUMIVIDROS DISTRIBUIDORA LTDA**.

Esta Junta de Julgamento Fiscal recorre de ofício da presente decisão para uma das Câmaras do CONSEF, nos termos do art. 169, inciso I, alínea “a” do RPAF/99, aprovado pelo Decreto nº 7.629/99, alterado pelo Decreto nº 18.558/18, com efeitos a partir de 18/08/18.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 24 de outubro de 2023.

CARLOS FÁBIO CABRAL FERREIRA - PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO - RELATOR

MARIA AUXILIADORA GOMES RUIZ – JULGADORA